



RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Regularização Fundiária do Residencial Santa Marta

Data: 07 de novembro de 2017

Local: Escola Estadual Santa Marta, Goiânia-GO

Promovida pela Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, a audiência pública para discutir a regularização do Residencial Santa Marta contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas. O evento ocorreu no dia 07/11, às 19h30, na Escola Estadual Santa Marta, localizada no próprio bairro.



A Deputada Isaura Lemos, presidenta da comissão, deu início à audiência relembrando que em breve completará 50 anos de história na vida política, pois



começou aos 14 anos. “Nesses 50 anos de luta, aprendi que não podemos criar expectativas que não possam ser atendidas. Por este motivo, quero deixar claro que não viemos aqui hoje para resolver o problema de imediato. Nosso objetivo é ouvir vocês, os moradores, para entender as principais demandas e assim formar um grupo de trabalho que possa intervir junto ao Governador e aos órgãos competentes para propor soluções”, afirmou a parlamentar.



Em seguida, a Deputada Isaura abriu a palavra ao público. A principal queixa apresentada pelos moradores foi o fato de ainda não terem a escritura das casas, o que os impede de realizar ampliações nos imóveis, obter benefícios como cheque-moradia bem como deixar a propriedade como herança para seus filhos e netos. Muitas pessoas relataram ainda que se sentem inseguras com a ameaça de perderem suas casas. “Aqui tem muitas pessoas com hanseníase e outras doenças que fazem tratamento no hospital do bairro (HDS – Hospital de Dermatologia Sanitária e



Reabilitação Santa Marta). Não podemos ser removidos para um local distante, pois muitos não têm condições de saúde para caminhar muito”, afirmou uma moradora.

Outro ponto levantado durante o debate foi o projeto para ampliar as instalações do HDS. O governo do Estado de Goiás planeja transformar a área em um complexo hospitalar, abrangendo, além do HDS, uma residência assistencial de longa permanência, uma clínica do homem e um hospital do idoso. A residência assistencial, cujas obras foram autorizadas pelo Governador Marconi Perillo em julho deste ano, será composta por 23 apartamentos para acolhimento de pacientes de hanseníase que, por não terem sido inseridos na sociedade, contam exclusivamente com a tutela do Estado para viver. O HDS é hoje administrado por uma Organização Social, a Associação Goiana de Integralização e Reabilitação (Agir), que será encarregada de licitar a obra.

Muitos presentes reclamaram que, em virtude das futuras obras, os gestores do HDS cercaram uma grande área em torno do hospital, bloqueando assim acessos ao bairro que antes eram utilizados pelos moradores. “Já notificamos esse problema ao Ministério Público, mas nada foi feito”, relata um deles.



Na sequência, o gerente de regularização fundiária da Agência Goiana de Habitação (AGEHAB), Sérgio Augusto Almeida Gualberto, apresentou um breve histórico do bairro, que surgiu com a fundação da Colônia Santa Marta na década de 40 para abrigar os pacientes de hanseníase. Devido à falta de tratamento curativo à época, os pacientes tinham que ser isolados para evitar o contágio de mais pessoas. Posteriormente, com a extinção da Colônia, as ocupações na região começaram a crescer com a chegada de familiares e amigos dos ex-internos e ex-funcionários, além de outras famílias em busca de um local para morar.

Segundo Sérgio Augusto, há alguns entraves técnicos e jurídicos bastante particulares que dificultam a regularização do Residencial Santa Marta. O principal deles é um processo de litígio que tramita na justiça há vários anos entre o Estado de Goiás e os herdeiros do antigo proprietário da fazenda, cujas terras foram doadas para o Estado para a construção da colônia. “Primeiramente, é preciso que a Procuradoria Geral do Estado consiga uma decisão final da justiça em relação a esse processo. Somente depois disso é que poderemos realizar o levantamento topográfico da área,



para então registrar o bairro em cartório, cadastrar as famílias e emitir as escrituras. Hoje o bairro não existe oficialmente na Prefeitura, ainda é uma gleba de terras, uma fazenda”, esclareceu Sérgio Augusto.

O gerente da AGEHAB explicou também que o procedimento de regularização fundiária é complexo porque envolve diversas etapas para garantir a segurança da própria comunidade e do meio ambiente. É preciso garantir, por exemplo, que não sejam feitos loteamentos em áreas de preservação permanente ou em áreas de risco. No caso do Residencial Santa Marta, há registro de ocupações em locais inapropriados, como às margens de córregos, nascentes, na faixa de domínio da rodovia GO-403 e até mesmo na faixa de servidão de um oleoduto da Petrobras. Sérgio Augusto pontuou que essas moradias não poderão ser regularizadas em nenhuma hipótese, e seus moradores precisarão necessariamente desocupar os imóveis.





A Deputada Isaura ratificou que não há como manter essas famílias em locais de risco, mas ponderou que eles não podem ficar desamparados, e que buscará alternativas. Uma solução possível seria conceder prioridade nos programas habitacionais já existentes. Ela se comprometeu, juntamente com a Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, a acionar o Ministério Público para confirmar essa possibilidade e cobrar providências.

Dando prosseguimento à participação do público, uma moradora acrescentou outro problema do residencial: a existência de dois cemitérios que antigamente eram utilizados para sepultar os pacientes de hanseníase. “Já me falaram que vão retirar os corpos daqui e levar para outro cemitério, mas eu tenho um filho enterrado aqui e não vou permitir que o levem para longe. Quando ele morreu, ninguém me avisou que esse cemitério tinha problemas”, alertou ela.

O gerente da AGEHAB explicou que os dois cemitérios são irregulares e há o risco de contaminação do lençol freático. “Esse é mais um problema sério do Residencial Santa Marta que torna o processo de regularização mais complexo”, afirmou. “Mas vocês têm sorte, pois há pessoas sérias, como a Comissão de Habitação da Assembleia, que estão empenhadas em ajudar vocês”, acrescentou Sérgio Augusto.



Por fim, a Deputada Isaura Lemos tranquilizou os moradores presentes afirmando que não há ameaça para a grande maioria das famílias, que não se encontram às margens da rodovia nem em nenhum outro local inadequado. Acrescentou que a sociedade goiana jamais apoiaria a desumanidade de desabrigar famílias que habitam a região há mais de 10, 20 ou 30 anos, e que não há nenhuma intenção por parte do Estado de proceder dessa forma.

Encerrando a audiência, a Deputada Isaura agradeceu a presença de todos e reiterou que a Comissão empenhará todos os esforços necessários para conferir maior celeridade ao processo de regularização do Residencial Santa Marta, e estará sempre aberta à comunidade para receber suas demandas.



Composição da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana

Deputados Membros

1 - Titulares

Isaura Lemos (PC do B) – Presidenta
Carlos Antonio (PSDB) – Vice-Presidente
Jean (PHS)
Marlúcio Pereira (PSB)
Sérgio Bravo (PROS)
Humberto Aidar (PT)
Nédio Leite (PSDB)

2 - Suplentes

Luís César Bueno (PT)
Álvaro Guimarães (PR)
Marquinho Palmerston (PSDB)
Helio de Sousa (PSDB)
Henrique Arantes (PTB)
Paulo Cezar Martins (PMDB)
Iso Moreira (PSDB)



Equipe Técnica

Valdivino Edson de Azevedo

Secretário

Edson Yoiti Haga

Analista Legislativo

Marcela Ferreira Souza de Miranda

Analista Legislativo

Mary Anne Rodrigues Araújo

Agente Legislativo

Érika Akemi Bernardes Iwamoto

Estagiária

Janaína de Cássia Sousa Silva

Estagiária